

Prédio da Engenharia

*Um endereço definitivo para
a 1ª Instância de BH*

N

Na primeira *interativa* do ano, a matéria de capa falava da opção de lazer de alguns servidores do TRT. Interessado no assunto, Mauro Alvim (7ª Vara do Trabalho de Belo Horizonte) fez contato com a revista para contar que além de escritor, dramaturgo, ator e diretor de vídeos, ele também se dedica às artes plásticas, pintando quadros no estilo abstracionista, atividade que começou, segundo ele, como uma brincadeira. Feliz do Mauro que quando se aposentar vai poder até escolher a que se dedicar.

Agora mudando de pau pra cavaco, desde a edição anterior, a *interativa* não está conseguindo manter a periodicidade, condição essencial para que qualquer publicação tenha continuidade. A gráfica que ganhou a licitação para executar a impressão, que já vinha há algum tempo atrasando o serviço, fechou de vez. Precisamos fazer outra licitação e isso leva um tempo. Paciência!

Ainda assim, não vamos retroceder. Apesar da necessidade de alguns ajustes, reafirmamos o nosso compromisso de continuar a fazer comunicação interna, um desafio para qualquer instituição, que vingou com a *interativa*. Os servidores lêem, opinam e participam muito da revista. Isso nos leva a continuar.

Pela equipe da ACS, Divina Dias

EXPEDIENTE

Administração TRT-MG
 Desembargadora Deoclecia Amorelli Dias
 Presidente
 Desembargador Marcus Moura Ferreira
 1º Vice-Presidente
 Desembargador Luiz Otávio Linhares Renault
 2º Vice-Presidente
 Desembargador Bolívar Viégas Peixoto
 Corregedor
 Desembargador Márcio Flávio Salem Vidigal
 Vice-Corregedor

Adriana Spinelli
 Assessora de Comunicação Social

Edição Divina Dias

Redação Davi Landau, Divina Dias, Walter Sales

Revisão Adriana Spinelli

Projeto Gráfico Imaculada Lima

Diagramação Imaculada Lima

Arte Evaristo Barbosa

Fotografia Augusto Ferreira, Madson Morais, Walter Sales

Impressão Gráfica do TRT-MG

Periodicidade Bimestral

Tiragem 4.200 exemplares

Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região
www.trt3.jus.br

Assessoria de Comunicação Social
 Rua Desembargador Drumond, 41 - 13º andar - BH-MG
 31 3215-7053 - imprensa@trt3.jus.br

SUMÁRIO

Entrevista Dr. Ricardo Mohallen	3
Enfim, um endereço definitivo para a 1ª Instância	5
A empregada foi embora?	8
Só tem aqui	9
Um olhar sobre a cidade	10
História de servidor.	10
Opinião.	11



E é motivo de orgulho para a 3ª Região, a nomeação do desembargador **Ricardo Antônio Mohallen** para o cargo de Coordenador Nacional do PJe-JT/2ª Instância. Dividindo seu tempo entre Belo Horizonte e Brasília, o presidente do Comitê Gestor Regional do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho em Minas Gerais, abriu um espaço em sua apertada agenda para esta entrevista. Vamos ouvi-lo?

Além de suas inegáveis qualidades, o sr. acha que a sua nomeação para um cargo nacional também é devida à experiência do TRT-MG com o processo de implantação do Processo Judicial Eletrônico?

Não me cabe julgar as razões da nomeação para colaborar com a Escola Nacional da Magistratura – Enamat, integrando o Comitê de Formação em Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT, no âmbito do Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho – SIFMT.

Arriscaria dizer que essa nomeação tem a ver com duas vertentes: a primeira, por coordenar o PJe-JT – 2º Grau, integrando no Tribunal Superior do Trabalho o Comitê Gestor Nacional do PJe, e no Conselho Nacional de Justiça o Comitê Gestor Nacional do Processo Judicial Eletrônico e o Comitê Nacional de Gestão de TIC do Poder Judiciário. Naturalmente esta confluência de funções pode contribuir para o processo de formação de magistrados.

A segunda, talvez seja a experiência que você mencionou: a experiência do TRT3 na implantação do PJe-JT. O saldo positivo dessa implantação deve ser creditado à administração do Tribunal, na pessoa da presidente, Dra. Deoclecia Amorelli Dias, que conta com o apoio desmedido do ministro Carlos Alberto Reis de Paula, presidente do TST e do grupo deste Regional formado por magistrados, servidores da administração e da área de tecnologia.

Qual é o seu grande desafio no cargo?

O grande desafio da Enamat é trazer a Justiça para a Escola. Em outras palavras, é conscientizar o magistrado da necessidade premente de se familiarizar e conhecer o PJe-JT, de agora em diante sua ferramenta diuturna de trabalho. Sem esse conhecimento, o magistrado fica praticamente sem condições de trabalhar. Esse é o desafio enfrentado pelo ministro João Oreste Dalazen, diretor da Enamat, com o qual o Comitê de Formação em Processo Judicial Eletrônico – PJe-JT está plenamente alinhado.

Como o sr. tem conseguido conciliar o cargo nacional com as atribuições do Comitê Gestor Regional do PJe da Justiça do Trabalho em Minas Gerais?

Não vou dizer que tem sido fácil. No âmbito do TST e do CSJT há uma cultura arraigada de trabalho árduo. Todos trabalham muito, a dedicação é integral, sem espaço para que nos desgarrremos do nosso alvo. Mas você acaba se acostumando, ainda mais quando gostamos do que fazemos e temos ao nosso lado uma equipe de primeira linha. Gosto de mentalizar que estou a fazer algo proveitoso para a Justiça, tal como os que me antecederam e os que me sucederão.

A Justiça do Trabalho tem reagido bem ao sistema? Em quantas varas do trabalho o PJe já está instalado? É possível fazer um balanço?

Muito bem. Antes havia reação contrária, hoje temos aceitação e colaboração. Aquele primeiro momento foi superado. O PJe evolui e conta hoje com a adesão maciça dos juizes, principalmente os de primeiro grau. Tenho a impressão de que todos estão cientes de que é muito melhor um sistema único de processo eletrônico, capitaneado pelo CNJ, acomodado às peculiaridades de cada ramo do Judiciário, do que um processo eletrônico para cada tribunal, sujeito a modificações estruturais a cada administração que se instala. O PJe é irreversível. Interessante destacar que o modo de evoluir do PJe-JT é democrático: recebemos colaborações de diversos colegas que sugerem funcionalidades e apontam correções necessárias. Tudo isso o enriquece. Mas há muito a fazer, precisamos criar mais funcionalidades para o primeiro e segundo graus, melhorar as salas de sessão, disponibilizar jurisprudência, integrar com o e-Gestão (o que deve ocorrer ainda este mês) e com o MPT-digital etc. O balanço do PJe-JT mostra um saldo vigoroso: sua instalação em mais de 550 varas, nos 24 tribunais regionais e no TST. Temos mais de 380 mil processos eletrônicos.

Em Minas como está a instalação? Há uma previsão para o fim da circulação do processo físico?

Em Minas cumpriremos as metas do CNJ, 40% das varas em 2013. Tivemos algum contratempo por conta do obsolescência da nossa infraestrutura tecnológica, mas a administração do TRT está investindo na sua modernização e não haverá prejuízo para cumprir aquela meta.

Eu não me arrisco a marcar a data do sepultamento do processo físico. Creio que acontecerá naturalmente, na medida em que o PJe for galgando maior espaço nos tribunais.

Na 3ª Região, quais são os critérios para a escolha da vara do trabalho onde vai ser implantado o sistema?

Bom, nós observamos em primeiro lugar o critério adotado pelo ministro Carlos Alberto Reis de Paula, ►

que considera a movimentação processual. Neste caso, Belo Horizonte é prioritária, temos que implantar o PJe na capital e inaugurar as oito varas novas. Já o Comitê Gestor Regional, dentro de sua autonomia, elege as varas considerando as regiões geográficas do estado. Pretendemos – se Deus quiser –, levar uma vara eletrônica para cada rincão de Minas.

Há, porém, outros critérios. É preciso planejar tudo, desde emitir certificados digitais para servidores, disponibilizar link de dados, adequar a infraestrutura física do fórum, os circuitos elétricos, as estações de trabalho, eventualmente incluindo o mobiliário da vara, configurar os equipamentos, configurar as salas de audiência, preparar ambiente para atendermos advogados e interessados na distribuição de peças processuais, capacitar os usuários internos e externos, até ao acompanhamento posterior à implantação, e, se necessário for, o retorno à vara para as correções de percurso. O comitê não quer, de forma alguma, deixar uma sensação de orfandade para o juiz e o servidor. Por isso, precisamos acompanhar todo o processo de implantação.

O projeto do PJe vai reduzir gastos públicos. Como e que gastos são esses além do papel?

Na verdade, a economicidade do sistema deve ser medida com régua e compasso. E isso tem sido feito. A atividade pública judicial, ou seja, a prestação desse serviço essencial de distribuir Justiça está sendo pensada de forma ampla. Há, nessa visão, vários ganhos, além do papel. Os ganhos para a sociedade, os ganhos de melhoria do acesso ao Judiciário, os ganhos de plena implantação dos princípios da duração razoável do processo, da transparência, da impessoalidade e, também, as facilidades que o sistema permite, como, por exemplo, exigir que o advogado só enfrente o trânsito louco das ruas para comparecer à audiência. Objetivamente, pensando apenas em dinheiro, a economia é enorme. Gastamos muito menos com o processo eletrônico do que com o processo físico. Economizamos com aluguel de imóveis para armazenar processos, com transporte de processos físicos, com correios, com impressoras, tonner etc. Além disso, realço que o PJe é pensado e construído com mão-de-obra nacional, concursada, dos próprios órgãos do Judiciário, utilizando preferencialmente programas com código-aberto, sem dependência de empresas privadas.

Diga-se, aliás, que o Judiciário nacional é um repositório de talentos na área de tecnologia e é essa turma que põe a mão na massa. Pena que de vez em quando, por questões mercadológicas, esses talentos sucumbam a tentadoras propostas e troquem o Poder Judiciário por empresas privadas.

Outro ponto a destacar: todos os gastos são feitos com foco no princípio da eficiência, acompanhados com muito rigor. Há controles interno e externo buscando a melhor governança de TIC. Há o CNJ, as auditorias do CSJT, o TCU, a Corregedoria Nacional etc.

Toda mudança traz incertezas. A implantação do PJe vai mudar o perfil do servidor da JT?

Essa é uma questão delicada e tem preocupado o ministro Carlos Alberto. Ele tem enfatizado que a mudança para o sistema eletrônico não deve ser traumática, se possível, sempre focando o lado humano. A idéia do ministro é treinar e capacitar os servidores para o Pje.

Objetivamente, haverá mudança. Mas será gradativa. Não haverá nenhuma discriminação, perseguição ou coisa que o valha. A implantação do PJe é gradativa, muitas varas funcionarão no sistema misto, com o PJe e o legado físico. Portanto, não haverá a eliminação de tarefas manuais imediatamente. Mas dentro de determinado prazo esse quadro deverá mudar e as funções serão cada vez mais automatizadas.

Se me permite, gosto de usar uma imagem prosaica: até alguns anos, os mecânicos regulavam a marcha-lenta dos automóveis pelo ouvido. Era tudo artesanal. Com a chegada da injeção eletrônica, esse tipo de mecânico está em extinção pelo próprio desaparecimento do carburador.

Mas tudo é uma incógnita e para tudo há solução. Outro dia não vimos a notícia do cartunista americano que abandonou sua profissão e se tornou um promissor apontador profissional, apontador de lápis cobrando não sei quantos dólares por lote desse artefato da escrita que quase não se vê mais? Eu nem sabia que essa profissão existia. Quem duvidar leia a crônica de uns dias atrás do Ruy Castro. E você me pergunta: o que isso tem a ver com o PJe? Esse fato narrado na crônica é de um simbolismo enorme. Algumas funções são extintas mas outras reaparecem ou são criadas. Ninguém terá de abandonar a Justiça do Trabalho por falta do que fazer. Há trabalho para todos, cada qual com o seu talento.

Na 3ª Região, o Pje está sendo implantado nas varas do trabalho do interior. Quando começará a implantação nas varas da capital?

Em parte, por conta daqueles problemas de infraestrutura tecnológica de que falei antes, o Comitê Regional sugeriu à Dra. Deoclecia que adiasse a instalação do PJe anteriormente prevista para Julho. Mas agora planejamos a instalação em novembro de 2013.

Nas varas da 3ª Região onde está instalado, o PJe vem funcionando bem, necessitando de um ajuste ou outro. O sistema precisa ficar mais rápido e mais estável. Será um problema de equipamento?

Uma das promessas do Ministro Carlos Alberto é tornar o sistema estável. A equipe técnica do CSJT trabalha arduamente para cumprir essa promessa e proporcionar estabilidade e boa performance ao sistema. Equipamentos na área de tecnologia são os micros, as estações de trabalho. Estes estão OK. Nossos problemas são de infraestrutura, mas estamos preparando a licitação para solucioná-los no menor prazo de tempo. ■

ENFIM,



Edifício Arthur Bernardes, o prédio do piano

Um endereço definitivo PARA A 1ª INSTÂNCIA

Texto e fotos: Walter Sales

A Justiça do Trabalho, instalada na capital mineira em 1941, ainda como Conselho Regional do Trabalho de Minas, cresceu em prédios improvisados, situação que perdura até hoje na 1ª Instância. Da Avenida João Pinheiro, mudou-se para o Edifício Lux, na Rua Tupinambás, e depois, em 1961, para quatro andares do prédio da Rua Curitiba. Nessa época, em que existiam apenas cinco Juntas de Conciliação e Julgamento na JT de BH, o 2º Grau funcionava também no mesmo prédio, que, apesar de todo ocupado, não suportou mais sequer a 1ª Instância, transferida para o prédio da Rua Goitacases, depois para os dois edifícios conexos, ambos alugados, um na Avenida Augusto de Lima e outro na Rua Mato Grosso, no Barro Preto.

À procura de um endereço definitivo que comportasse todas as varas do trabalho de Belo Horizonte, em 1998, quando a Universidade Federal de Minas Gerais deliberou pela transferência da Escola de Engenharia da UFMG, fundada em 1911 - por anos instalada em um complexo de prédios situado nas ruas da Bahia e Espírito Santo/Avenida Santos Dumont - para o campus, na Pampulha, a direção do tribunal manifestou o interesse pelos prédios, para a instalação do Fórum Trabalhista de Belo Horizonte. Formalizado pela Secretaria do Patrimônio da União o termo de reserva do complexo para o TRT de Minas, este, em 2007, transferiu recursos à UFMG para a conclusão da nova sede da Escola de Engenharia no campus, viabilizando a efetiva transmissão da posse ao tribunal em abril de 2011.

Ao apropriar-se dos edifícios, numa área de cerca de 14 mil m², o TRT de Minas não trouxe para o seu domínio apenas meras edificações, mas também uma parte importante da história



Prédio Mário Werneck (acima) e Oficinas Cristiano Otoni (abaixo).
Pelo projeto, destinados à Escola Judicial



O funcionamento das estações do BRT - Bus Rapid Transit
(em construção na Av. Santos Dumont), prometem
melhorar o transporte de massa na região



de Belo Horizonte: as Oficinas Cristiano Otoni, do início do século XX, os edifícios Lourenço Baeta Neves, Mário Werneck e Arthur Guimarães (Prédio do Piano), o primeiro de estilo eclético, construído na década de 20; o segundo, art deco, erguido na década de 40, e o último, modernista, edificado de 1948 a 1950, todos tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais.

Seria mais fácil construir em terreno vazio, principalmente sem edificações com proteção legal, diriam alguns, não sem razão. Mas também é certo, por outro lado, que o fácil nem sempre é melhor. Nesse caso, segundo muitos, jamais seria: pela história; porque o complexo já pertence à União; pela restauração dos prédios históricos; pelo impulso à revitalização da região, e, especialmente, por não haver melhor lugar em toda a cidade para se construir o Fórum Trabalhista de Belo Horizonte. O desembargador Emerson José Alves Lage, integrante da Comissão de Gestão Predial do TRT enumera diversos fatores relevantes para a escolha, mas ressalta que ela “certamente teve como maior elemento motriz, a acessibilidade à jurisdição”. A facilidade de acesso é também destacada pelos juízes Maristela Malheiros e Ricardo Marcelo Silva, ela diretora do Foro Trabalhista de Belo Horizonte, ele um dos antecessores dela no cargo, e hoje também integrante da Comissão de Gestão Predial. Segundo Maristela Malheiros, “naquela área central circula a maioria das linhas de transporte coletivo da capital e entorno, o que viabiliza o cumprimento de um dos objetivos do Programa Justiça Cidadã, que é aproximar o Poder Judiciário das comunidades em situação de maior vulnerabilidade social, econômica e cultural e da sociedade em geral”.

Os magistrados têm razão. Para um balconista de uma lanchonete da região, com a Justiça do Trabalho no centro da cidade, “o trabalhador vai ter menos dor de cabeça e menos custos para reclamar seus direitos e comparecer às audiências da JT”. E a diferença da localização atual para a futura, nesse particular, realmente é colossal. Enquanto a sede do Barro Preto é servida por apenas seis linhas de ônibus, que passam na Avenida Augusto de Lima, e outras, que circulam mais distantes, nas avenidas Amazonas, Bias Fortes e Contorno, na Via Expressa e na Rua Araguari, na futura sede, somente nas três estações do BRT da Santos Dumont podem desembarcar até 700 mil pessoas por dia útil, segundo dados da BHTRANS, e o metrô, sem a expansão já programada e os 10 novos trens encomendados para 2014, transporta cerca de 240 mil passageiros diariamente. Além disso, algumas linhas convencionais de ônibus vão continuar circulando nas imediações depois do BRT.

Esses mesmos magistrados, e outros, como os desembargadores José Murilo de Moraes, José Miguel de Campos e Sebastião Geraldo de Oliveira, acreditam ainda que a presença da Justiça do Trabalho naquele local também vai contribuir muito para impulsionar a revitalização de toda a região, bastante degradada. O primeiro, inclusive, coleciona recortes de jornais de notícias nesse sentido.



O projeto

O projeto da futura sede da Justiça do Trabalho de Belo Horizonte, depois de muitas reuniões e de algumas adequações, e de resistência quanto a outras mudanças solicitadas, foi aprovado no final do ano passado pelo Conselho de Patrimônio Histórico e Cultural, e aguarda a aprovação de lei de adensamento da área, cujo anteprojeto, hoje em estudo, deve ser remetido à Câmara Municipal ainda neste semestre, para depois ser analisado pelo Compur – Conselho Municipal de Política Urbana e pela Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana, com a formalização da licitação para as obras no 4º trimestre de 2013, tendo como premissa, segundo o diretor Hudson Guimarães, “a participação da CEF e ou do Banco do Brasil, para recursos e gerenciamento, pela magnitude e peculiaridades que envolvem as obras e instalações”.

Nem todo o complexo, porém, está incluído no projeto. Ficam de fora o belo Edifício Lourenço Baeta Neves, construído na década de 20, em estilo eclético, na esquina da rua da Bahia com Guaicurus, porque ainda abriga a Associação dos Ex-alunos da Escola de Engenharia, e o prédio do antigo restaurante universitário, que será mantido como espaço de reserva técnica.

O Fórum

Pronto, o novo Fórum da Justiça do Trabalho de Belo Horizonte vai ter capacidade para receber 70 varas, distribuídas em dois prédios (edifícios Arthur Guimarães e Álvaro da Silveira), interligados por rampas e servidos por dois conjuntos de seis elevadores cada, com capacidade para 20 pessoas e velocidade de 150 metros por minuto. Os pavilhões João Fulgêncio de Paula e Baeta Neves, entre os dois citados edifícios e com frente para a Rua dos Guaicurus, vão ser demolidos para a construção do prédio de acesso, de três andares; no primeiro, o hall d

de entrada do fórum, com acesso universal aos edifícios principais e a uma torre que será edificada para interligá-los por meio das referidas rampas. O segundo e terceiro andares, cada um com cerca de mil metros quadrados, dotados de sanitários, cozinha de apoio e um terraço, serão áreas de convivência de servidores e juízes. No térreo dos edifícios principais ficarão os setores de distribuição, atermação, expedição e apoio a profissionais terceirizados, além de duas agências bancárias, uma em cada prédio, ambas com acesso ao público externo pelo calçadão do Boulevard Arrudas. Entre as agências, haverá uma área de

escape voltada para o boulevard, sem acesso ao fórum, para utilização dos bancos, por onde será possível, por exemplo, carregar e descarregar valores sem risco para servidores, juízes e usuários da Justiça.

O edifício Mário Werneck e as Oficinas Cristiano Otoni, já na primeira metade do outro quarteirão, que fica entre as ruas da Bahia e Espírito Santo e Av. Santos Dumont e Rua dos Guaicurus, vão ser restaurados para receber a Escola Judicial, uma biblioteca, Recursos Humanos (treinamentos) e um posto de saúde emergencial. Já o Edifício José Renault (em ruínas) será demolido para a construção de um edifício de cinco andares, com vagas para 350 veículos.

O edifício de acesso, na Rua dos Guaicurus, será cercado de jardins, assim como o espaço frontal ao “Prédio do Piano”, circundando um acesso privativo para magistrados e outras autoridades. Por fim, com o término das obras do BRT, o interesse é voltar a fechar a Rua dos Guaicurus entre as ruas Bahia e Espírito Santo, com o espaço sendo humanizado e transformado numa área de livre circulação de pedestres.

O novo fórum, como se vê, foi idealizado de forma a proporcionar ótimas condições de trabalho para servidores, juízes e advogados, e o local de sua edificação foi escolhido por ser o que melhor atende ao interesse público, segundo o desembargador Emerson José Alves Lage. De acordo com ele, “além de se apresentar, após análise de algumas outras alternativas, como a que melhor se amoldou ao interesse da administração pública, representará importante ganho para jurisdicionados e comunidade belo-horizontina, na medida em que, revitalizando-se o referido espaço público, estaremos contribuindo tanto para a manutenção de importante referencial histórico da sociedade, como também equipará a sociedade de órgão público à altura de suas necessidades e exigências.”

A EMPREGADA FOI EMBORA?

Servidoras que contratam domésticas não estão assustadas com a nova Emenda Constitucional

No Brasil, segundo o IBGE, antes da promulgação da PEC das domésticas, somente 26% tinham carteira assinada. Mas esse é um retrato que ficou para a história.

A secretária do Foro de Poços de Caldas, **Roseli Fontaniello**, diz que criou suas duas filhas com tranquilidade graças à Regina, a empregada que ela tem há 12 anos. Mesmo antes da mudança, Roseli já assinava a carteira de trabalho.

Paula Vieira, que trabalha na Escola Judicial, também sempre preferiu assinar a carteira. Com dois filhos pequenos, de 4 e 2 anos, ela tem uma empregada e uma babá. Os pagamentos sempre foram confiados a um contador. O que mudou com a nova emenda, é que Paula instituiu o registro das horas em livro ponto.



Diferente das outras duas, **Gisele Pires Domingos Souto**, que trabalha na Assessoria da Diretoria Judiciária e está grávida de 5 meses, ainda não tem empregada doméstica, mas pretende contratar uma babá para Alice, a criança que vai chegar. Ela acredita que o aumento de custos deva ser parcialmente acertado com um ajuste no valor do salário de mercado. A ideia dela é compensar horas não trabalhadas no sábado durante a semana, mas mesmo assim ela diz que vai ter que pagar horas extras.

Roseli acredita que os trabalhadores domésticos devem se organizar para lutar por seus direitos e por qualificação. Ela diz que as filhas têm que aprender a ser independentes, porque no futuro elas não poderão ter empregada doméstica.

Casada e morando também com a mãe, Paula admite que, com a limitação da jornada, agora vai depender mais dos parentes para poder se organizar.

Já de acordo com Gisele, a alteração na Constituição requer uma adaptação de ambas as partes, empregada e empregador. Ela acredita que vai se acelerar o processo de mudança cultural que já ocorre: “está fora de moda só um da casa fazer as tarefas domésticas”.

SÓ TEM AQUI!

Guanhães

Em Guanhães: A empadinha do Paulo da Stael

Conhecer o **Paulo da Stael** em Guanhães, cidade da região Leste do estado, no Vale do Rio Doce, não é difícil. Com pouco mais de 50 anos e avô de três netos, ele é visto diariamente lá pelos lados da Rua do Pito, saindo de casa logo depois das 7 horas da manhã.

Carregando um tabuleiro de madeira coberto com um pano muito branco, ele desce a Benjamim Constant e vai até a Avenida Milton Campos provocando o olfato das pessoas. Antes das 11, retorna com o tabuleiro vazio. A peça é antiga e pertenceu à sua mãe, dona Stael, já falecida.

Mas o que ele carrega no tal tabuleiro? A resposta é simples: empadinhas! Uma empadinha que, apesar de não ter marca registrada, tem sabor e cheiro inigualáveis. Perguntado como se consegue a receita da tal iguaria recheada com frango, macarrão e uma pitada de pimenta, a resposta do Paulo é imediata: não se consegue!

Para ele, a receita é como a fórmula da Coca-Cola, trancada a sete mil chaves. Uma herança de família mas quase sem valor. Segundo ele, a mãe morreu pobre, mesmo fazendo empadinhas durante toda a vida. Não enxerga que por trás do salgado já existe um marketing de quase 100 anos de tradição. Em seu tabuleiro nunca sobrou uma empada. Tudo que faz vende. Aliás, ele nem sai vendendo. Só entrega. Já tem freguesia certa até na Vara do Trabalho de Guanhães. O Afonso, oficial de Justiça, por exemplo, é freguês assíduo.

A empadinha, que já foi pra São Paulo, Rio de Janeiro, e até Nova York e Argentina, segundo o Paulo, costuma não dar nem pra quem quer. E ele não tem nenhum interesse em aumentar a produção. Tem



peças que há muito tempo estão tentando comer uma e não conseguem. Ele ri. Quando acaba, não adianta insistir com o Paulo porque outras, “só amanhã cedo”, diz ele, que faz 100 por dia e vende a R\$ 2,50 reais cada uma.

Para fazer a massa, nenhum ingrediente é pesado e nenhuma quantidade é anotada. “É a mesma receita de tantas outras empadas”, afirma ele, fazendo mistério. Mas claro que algum segredo existe. Da receita original, sabemos que a única alteração é que o frango do recheio não é mais o caipira, difícil de encontrar atualmente. Mas o forno usado é o mesmo: a lenha, porque senão, além de não ficar tão gostosa, também não cheiraria tanto. O macarrão do recheio é o número zero, bem fino, cortado em pedacinhos. Tem uma pimentinha também, mas que não assusta nem os netos, ainda pequenos. Mas é só o que ele revela! Agora é dar sorte e achar o Paulo, ainda com algumas empadinhas no velho tabuleiro, circulando em uma manhã durante a semana pelas ruas de Guanhães (até porque aos sábados e domingos ele nem chega perto do fogão) e bom apetite! Grande figura, esse Paulo!



Outra iguaria gastronômica tradicional na cidade é a banana verde frita, que até já ganhou uma apreciadora ilustre: a **juíza Silene Cunha de Oliveira**, recém empossada como titular da VT de Guanhães. Mas tem um segredinho para preparar o tira-gosto, ensinam os guanhanenses: a banana para estar no ponto de ser frita, precisa estar ainda “quinada”, já que à medida que vai madurando vai ficando redondinha e a casca perde as quinanas...



Os servidores e a juíza da VT de Guanhães: **Betânia, Dra. Silene, Margot, Luciene, Odair, Dalva e Salvelina**. Na foto, não estão presentes os oficiais de justiça Tadeu e Odair, que estavam na rua cumprindo mandados. Uma pena!



“A beleza simples desse prédio, que abriga a cultura desta terra abençoada, traduz a sensibilidade do povo mineiro patrocínense.”

Marilane Aparecida Gonçalves - VT de Patrocínio

HISTÓRIA DE SERVIDOR

O dia em que o riso engasgou

“Local de trabalho também costuma ser palco de grandes emoções. Quando eu atuava na 24ª VT de BH, ainda na Goitacases, como assistente de diretor, a Secretária, não sei se por obra do acaso ou se por maestria do diretor, tinha um ambiente de trabalho invejável. Os colegas eram notáveis em produção, seriedade e camaradagem.

A relação trabalho versus tempo era tão equilibrada, que sempre sobrava uma horinha para um café, batizado de “café filosófico”. Bons tempos de memoráveis discussões, apartes, causos e, como não podia deixar de ser, piadas da hora com as presenças assíduas dos colegas Renato Pedrekal (hoje filósofo por formação), Rafael Mendonça, Paulo Morais, Robert Laviola, Vilma Eliana (requisitados na época), Cyntia Rangel, Daniella Kaná, Afrânio César, Adelmo Beltrão, além da figura sempre animada do Toufik, o Diretor de Secretária.

Café passado na hora acompanhado de queijo fresco, era a senha para o “café filosófico”. Um dia, sorvendo o saboroso café, peguei uma fatia de queijo e a levei à boca. No exato momento em que estava degustando o referido quitute, não sei se o Renato ou Rafael soltou uma daquelas anedotas em que a gargalhada torna-se inevitável e incontrolável; foi o momento em que, num ímpeto para tomar fôlego e dar uma descontraída gargalhada, me engasguei com o pequeno pedaço de queijo. Neste momento começou meu sofrimento. Com a traqueia obstruída, não conseguia respirar.

Com gestos desordenados e aflitos, enquanto os

colegas gargalhavam, apontei em direção à minhas costas tentando sinalizar o momento aflitivo por que passava. Todos riam, achavam que estava fazendo mímica em relação à piada. Cada vez mais aflito, segurei o braço do Rafael e apontei para minha garganta e depois para minhas costas. Observador, o Renato percebeu que algo errado estava acontecendo e comentou com o Rafael porque sem conseguir falar eu apenas emitia um grunhido estranho.

Percebendo que a situação era séria, o Rafael me deu alguns tapas nas costas, e nada. Eu já estava perdendo as forças. Um pouco afastado, o Toufik quando viu o Rafael tentando me socorrer logo viu pela minha cor, que eu estava em situação de perigo. Imediatamente se aproximou, passou os braços pela minha cintura, na base do meu estômago, segurando-me com os punhos fechados fez um movimento de baixo para cima com firmeza. Neste momento expeli o pedaço de queijo que estava me sufocando e ressuscitei literalmente!

Esse gesto firme e rápido, essa decisão tomada em lapso de tempo tão pequeno, foi fundamental para eu estar aqui contando este fato que marcou minha vida. Os meus colegas são testemunhas do que acabo de relatar.

Ao Toufik Tanure Neto, o meu apreço, a minha gratidão pelo seu ato de heroísmo e meu orgulho de tê-lo como colega de trabalho”.

Antônio Carlos Barcelos Coura
Dir. Secretária de Recursos



a arte de pensar COM A CABEÇA de OUTREM

Meu nome é **Sérgio Eduardo Santos**, me formei em Direito em 1999, advoguei até maio de 2006, quando fui aprovado em concurso público para o cargo de Analista Judiciário do TRT. A primeira e única função que exerci na Justiça do Trabalho foi a de assistente, tendo atuado na 1ª instância até março de 2008 e a partir de então, na 2ª instância, onde permaneço até hoje.

Como tinha advogado um razoável tempo na área trabalhista havia uma vontade imensa de levar a experiência profissional então amalhada para o “outro lado do balcão”. Desde o início a função me fascinou, penso que não saberia fazer outra coisa, pelo menos com a mesma dedicação e prazer. O trabalho é extremamente complexo e de alto grau de responsabilidade. É preciso ter plena sintonia com o juiz, daí nasce uma relação de fidedignidade mútua, pois quem mantém o primeiro e maior contato com os autos somos nós, pelo menos na 2ª instância, daí a obrigação inarredável de retratar tudo com a maior fidedignidade possível ao magistrado.

A análise do processo deve primar pela fidedignidade, pela precisão e pela técnica. É preciso aliar qualidade e agilidade, o que cada dia se torna um desafio maior, dado o grande volume de processos recebidos e o aumento da complexidade das matérias hoje discutidas na Justiça do Trabalho. É compensador ver o produto da nossa dedicação ganhar o mundo jurídico, materializado nas decisões sugeridas.

Ser assistente é a arte de pensar com a cabeça de outrem, tarefa desafiadora diante da formação tão complexa dos magistrados e das diversas interpretações que os fatos e o direito comportam. Para o assistente não existe feriado e são raros os finais de semana de inteiro gozo de descanso, os problemas de saúde relatados pelos colegas são a maior prova disso. Sempre que o desânimo e o cansaço batem à porta, procuro pensar o quanto meu trabalho me dignifica. Não existe função

mais afinada com a missão maior do Tribunal, afinal uma prestação jurisdicional célere e de qualidade dependem fundamentalmente de nós.

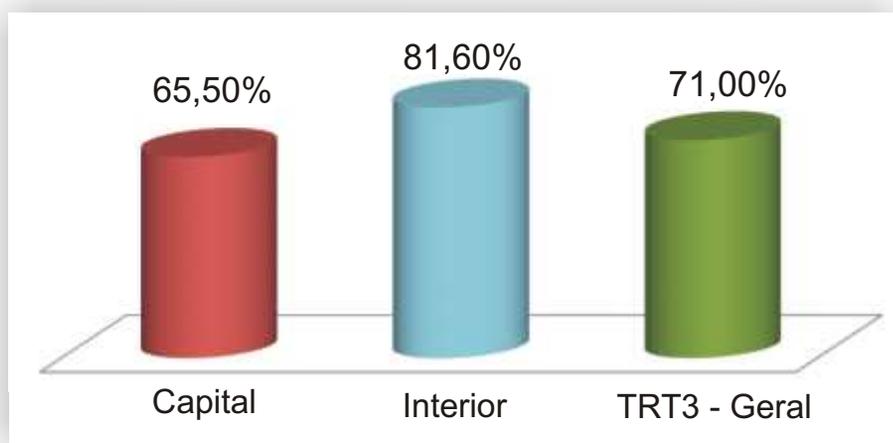
Para o assistente, disciplina é a palavra chave, pois a maioria trabalha em casa, lugar onde somos submetidos a diversos fatores potencialmente capazes de tirar o foco do trabalho. É preciso mais que um espaço físico doméstico confortável, sendo necessário criar e manter um ambiente onde se possa desenvolver plenas condições de inspiração, concentração e equilíbrio, o que somente é possível num lugar tranquilo, quase imune a interferências externas e favorável ao incremento da produção, sem perda qualitativa do trabalho. Não havendo como fazê-lo “domesticamente”, seja por qual motivo for, resta cumprir a tarefa no próprio local de trabalho. Acontece que, não raro, este ambiente ideal inexistente no Tribunal. Na 2ª instância não há sequer espaço físico para todos nos gabinetes. Por conta disso *seria interessante se fosse criado um ambiente institucional único onde todos os assistentes pudessem trabalhar, facultativamente, independente da lotação de cada um, o que certamente contribuiria para o alcance das metas pessoais e institucionais, melhorando a prestação jurisdicional.*

Para quem almeja ocupar essa função é preciso aprofundar os conhecimentos técnicos, manter-se o mais atualizado possível. Uma boa dica para romper a insegurança inicial é ler incansavelmente todo o material disponível no gabinete ou na VT, de forma a absorver a linha de raciocínio do juiz, haja vista que quanto mais esta sintonia se aperfeiçoa mais profícuo será o trabalho. A meu ver, a principal habilidade do assistente transcende em muito a mera aplicação de modelos, é preciso buscar o aprimoramento do que está construído, além de encontrar sempre a melhor solução para as situações novas, pois nenhum processo é igual a outro.

***Assistente de desembargador**

EXAME MÉDICO PERIÓDICO

Em **2012**, **2.790** magistrados e servidores fizeram o exame médico periódico, o que equivale a **71%** do total da população do Tribunal.



A meta é atingir 100% de adesão!

Em 2013, não perca essa oportunidade de monitorar sua saúde e prevenir diversos tipos de doenças.